

Novo Acordo de Pescas entre Cabo Verde e UE questionado pela oposição

O Acordo de Pescas assinado esta semana entre Cabo Verde e a União Europeia tem suscitado um aceso debate na sociedade cabo-verdiana, com o tema a subir ao parlamento e a oposição a questionar os benefícios do acordo para o sector das pescas.

Publicado a: 15/02/2025



Barcos de pesca na ilha de São Vicente, em Cabo Verde. © rfi/Odair Santos

Por: Odair Santos

Após muitos debates na sociedade sobre as desvantagens dos Acordo de Pescas entre a União Europeia e Cabo Verde, o MpD, partido no poder, levou o assunto ao parlamento, com o deputado Emanuel Barbosa a esclarecer que este protocolo apenas abrange espécies migratórias.

“Estamos a falar de espécies que ora nos pertencem à luz do direito do mar e ora não nos pertencem por terem migrado para a zona económica exclusiva de outros países”, explicitou o parlamentar.

Discursando na língua cabo-verdiana, a deputada do PAICV, Eveline Ramos, questionou as vantagens do Acordo de Pescas com a UE, afirmando que os pescadores nacionais continuam a enfrentar dificuldades. Por sua vez, António Monteiro, deputado da UCID, também na oposição, sugeriu a revisão do Acordo de Pescas entre Cabo Verde e a União Europeia.

"Deve rever porque se nós fizermos uma comparação, por exemplo, com o Acordo de Pescas com Marrocos, a Mauritânia e a Guiné-Bissau, nós chegamos à conclusão que o nosso Acordo não é de todo o melhor", argumentou o responsável político.

Em nome do governo, o Ministro de Estado, Fernando Elísio Freire, disse que Acordo de Pescas com a União Europeia é bom para Cabo Verde.

"Esse acordo permite investimentos nas comunidades piscatórias, permite o reforço da investigação científica, permite a empregabilidade dos nossos pescadores, porque os barcos são obrigados a também ter a bordo pescadores cabo-verdianos, permite a integração dos inspectores cabo-verdianos a bordo desses barcos e, acima de tudo, permite que Cabo Verde possa melhorar a sua capacidade de motorização para um peixe que, como sabem, é altamente migratório, ou seja, está hoje aqui nas zonas de Cabo Verde, pode estar amanhã num outro sítio qualquer", declarou o governante.

Recorde-se que, após ter sido aprovado pela Comissão Europeia, o novo Acordo de Pescas entre a União Europeia e Cabo Verde foi aprovado no passado dia 11 de Fevereiro por uma ampla maioria no Parlamento Europeu.

Este protocolo que abrange um período de cinco anos permite que 56 navios europeus, dos quais 6 embarcações portuguesas, 37 barcos espanhóis e 13 franceses, pesquem anualmente 7 mil toneladas de atum e espécies afins nas águas de Cabo Verde. Em troca, a União Europeia compromete-se a pagar a Cabo Verde uma contribuição financeira de 780 mil Euros por ano para apoiar o desenvolvimento da política sectorial das pescas de Cabo Verde.